

Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta.

ROZEMBERG RIBEIRO DE ALMEIDA*

Falar da presença africana na Amazônia ainda causa certa estranheza, pois por muito tempo houve a idéia de a Amazônia ser marcada como uma região de cultura indígena, isso fez com que a escravidão e a cultura africana fossem colocadas num segundo plano, dessa forma, durante muito tempo esse tema constituiu-se num verdadeiro vazio na historiografia regional. É apenas a partir da década de trinta do século passado que começaram a surgir os primeiros estudos sobre a presença africana na região Amazônica (FUNES, 1995: 10).

Nesse sentido, este estudo é importante dada à significativa presença do negro no Pará desde o período colonial, e a sua notável contribuição para formação da sociedade paraense (SALLES, 2004). Ressalta-se que não apenas no Pará, mas também em toda a sociedade brasileira é enorme a contribuição dos negros nos mais diferentes aspectos, seja na cultura, na religião, na culinária e até na formação do pensamento.

A contribuição do negro para a formação do caráter da nossa gente foi enorme. Por ela fizemos a religião mais intimista, mais enfeitada, mais festeira, o seu caráter menos áspero. Por ela adquirimos uma dose mais elevada de emotividade e de superstição. Por ela nos fizemos mais sensuais e pegajosos. Adquirimos muito do africano e ele adquiriu muito de nós. Na mistura que se processou o tempo todo, a oferta do escravo foi profunda, e se integrou na alma brasileira (SODRÉ, 1998: 67).

Este trabalho, também, busca quebrar um pouco do paradigma da história tradicional que super valoriza as fontes escritas em detrimento das fontes orais, fazendo parecer que amenos que haja documentos escritos não existe história. Porém muito das fontes documentadas foram escritas de acordo com os interesses das ordens dominantes e repressoras e podem também ter falhas. “É aconselhável não se render aos documentos da repressão [...]” (MAESTRI *apud* Treccani, 2006: 35). “O uso dessas fontes riquíssimas devem, no entanto, ser sempre cauteloso e precedido de uma crítica realista prévia, o que nem sempre tem acontecido” (MESGRAVIS, 1998: 39).

Quando se estuda as comunidades remanescentes de quilombos, as lembranças de seus moradores possibilitam a entrada em suas raízes históricas, fazendo dessa forma, com que o passado que sempre esteve presente em suas memórias se torne mais vivo (FUNES,

* Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará. Professor da Educação Básica na rede pública do Estado do Pará. E-mail: rozembergr@hotmail.com.

1995: 16), dessa forma este artigo não foi produzido apenas levando em conta as fontes escritas, mas também e, sobretudo as fontes orais.

Antes de adentrar propriamente na história de uma dessas comunidades, fez-se primeiro um pequeno panorama da história da escravidão no Brasil, feito isso, analisou-se como aconteceu esse processo na Amazônia. De tal modo, teremos uma visão geral da dinâmica escravista no Brasil, indo desde o tráfico negreiro até a formação dos quilombos.

A escravidão faz parte da história da humanidade desde tempos longínquos, onde pela força, diferentes povos escravizavam seus semelhantes. “A escravidão é a relação social instituída entre os homens, que concede a uns o direito de propriedade sobre os outros seres da mesma espécie [...], houve escravidão em diversos períodos da história, nas mais diferentes civilizações [...]” (NEVES, 2008: 12).

“Na América Latina os povos indígenas foram os primeiros alvos dos europeus para garantir o suprimento de mão-de-obra para seus engenhos e fazendas” (Op. Cit.: 24). É evidente que estes povos não aceitaram passivamente a escravidão, mediante essa resistência muitos acabaram falecendo. Além de perderem a vida nas guerras também morriam por doenças trazidas pelos europeus e os maus-tratos imposto pelos mesmos (idem. Ibidem). Devidos a esses fatores, cada vez mais ia se escasseando a alternativa de mão-de-obra encontrada pelos europeus no Novo Mundo.

“No Brasil a escravidão iniciou-se com os índios [...]” (NEVES, 2008: 12), no entanto, a escravidão mais importante foi a dos africanos e seus descendentes (WEHLING, 1994: 192), ressalta-se que quando se fala de africano não estar se referindo a um único povo, mas sim a uma grande diversidade étnica e cultural de várias regiões diferentes (Angola, Guiné, Moçambique, Mina, Benguela e etc.) de um continente chamado África.

Devido à redução drástica da mão-de-obra indígena, a saída encontrada pelos conquistadores foi a introdução compulsória do negro da África no país. Essa introdução acentuou-se ainda mais depois da proibição do trabalho cativo dos nativos pelo papa Paulo III, que decretou em 1537 as bulas “Veretas ipsa” e “Sublimes Deus” essas, além de reconhecer os índios como seres humanos, também proibia a sua escravização no Novo Mundo (TRECCANI, 2006: 24).

Além da igreja (particularmente os jesuítas) o próprio Estado se mostrou a favor dos indígenas ao condenar e reprimir a sua escravização (WEHLING, 1994: 194). No entanto, não se pode é claro afirmar que a partir de então a escravidão indígena foi totalmente eliminada, mas é inegável que esse fato aliado a outros como a redução do número dos nativos por morte ou fuga, tenha contribuído para a opção do negro africano como força de trabalho nas novas terras.

Segundo Bezerra Neto (2001: 56) o Brasil desde o período colonial teve como base da economia a mão-de-obra escrava primeiramente indígena e depois, ainda no século XVI passou-se a utilizar a negra. A primeira leva de negros vindos da África teria chegado ao Brasil por volta de meados do século XVI. “A coroa portuguesa a partir de 1559 autorizou a importação de negros da África para a desumana escravidão que se implantou no país [...]” (CASTRO *apud* Castro, 2005). A partir de então a escravidão indígena passou a conviver simultaneamente com a escravidão negra. Assim “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição” (FREYRE, 1976: 5).

Para o bom desenvolvimento da economia era fundamental a força de trabalho, nesse sentido o negro transformou-se em um elemento indispensável para garantir o funcionamento dessa dinâmica, assim o negro se transformou “[...] na mola propulsora das mais diferentes atividades produtivas, seja no campo ou nas cidades” (TRECANNI, 2006: 29). No campo trabalhavam na lavoura, nos engenhos e nos afazeres da casa-grande, já nas cidades estavam inseridos nos trabalhos domésticos: limpar a casa, cozinhar, tratar os cavalos, trazer água da rua, outros eram utilizados pelo governo nas obras públicas: na construção de prédios, no calçamento das ruas com pedra e muitas outras atividades (SCHMIDT, 1999: 216).

Retomando a questão da introdução do africano no Brasil, esta se deu intensamente através do tráfico negreiro, de acordo com Malheiro (1976: 55) a base de sustentação da lavoura era o tráfico, percebe-se então que as relações econômicas estavam intimamente ligadas a essa atividade. Contudo, não podemos afirmar que o tráfico tenha gerado a escravidão negra no Brasil, pois como já vimos, com a insuficiência cada vez maior da disponibilidade de escravos indígenas, foi atendida uma procura já existente, o que se deu pela importação de escravos africanos, ou seja, o que realmente levou os portugueses a escolherem os africanos foi o fenômeno de extinção dos povos nativos.

Os engenhos brasileiros já levavam muitas décadas funcionando principalmente à base de mão-de-obra indígena quando a importação de africanos tornou-se mais importante. Isso mostra não ser correta a hipótese, bastante popular a alguns anos, de que [...] foi o tráfico que gerou a escravidão dos africanos (CARDOSO, 1996: 88-89).

O tráfico negreiro se transformou em um negócio de grande rentabilidade para os traficantes de escravo, do ponto de vista econômico foi um dos mais importantes empreendimentos comerciais do mundo Atlântico, chegando até a organizar associações para o melhor funcionamento do negócio. Na África os traficantes se aproveitavam das guerras entre as várias tribos existentes no território, onde os vencidos eram aprisionados e vendidos aos traficantes no litoral africano (WEHLING, 1994: 192).

A escravidão então se transformou certamente no traço mais marcante da história do Brasil. Durante mais de três séculos a principal relação de trabalho verificado na maior parte do território brasileiro, foi essa categoria de mão de obra, cujo trabalhador não era visto como um ser humano, mas sim um objeto pertencente a outro homem, ou seja, uma mercadoria que poderia ser comprada e vendida a qualquer momento. “Considerado uma coisa, o escravo não tinha personalidade jurídica, não era cidadão, nem mesmo ser humano [...]” (SALLES, 2005: 173).

Na Amazônia, a introdução da mão de obra escrava negra foi tardia, de acordo Eurípides Funes (1995: 30) foi bastante lenta a entrada do negro no mercado de trabalho amazônico, para ele só aconteceu devido a uma grande pressão exercida pelos colonos que necessitavam de braços para suprir a carência de mão-de-obra local, haja vista que a mesma era cada vez mais “deficitária”. “Fica implícito que havia uma sucessão de pedidos de escravos da parte de particulares e/ou Câmaras das diversas vilas” (VIRGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990: 39).

A região amazônica por muito tempo utilizou o trabalho cativo dos índios. “Na Província do Grão-Pará e Maranhão o indígena constituiu em quase todo o período colonial a força motriz de um sem número de atividades” (COELHO, 2005: 135). Para Flávio dos Santos Gomes (1997: 72) a base do trabalho escravo na Capitania do Grão-Pará até meados do século XVIII foi à mão-de-obra indígena. Segundo Vicente Salles (2005: 54-55) coube aos ingleses no final do século XVI e início do XVII a primazia da introdução do trabalho escravo do negro na foz do rio Amazonas e na costa do Amapá, porém essa dinâmica só se acentua a partir de meados do século XVIII com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A partir de então passou haver uma maior inserção do contingente de escravos negros na Amazônia (FUNES, 1995: 29).

No Pará a vivência do negro foi marcada por uma trajetória de trabalho forçado e repressão tanto física quanto ideológica, diante dessa situação vale ressaltar que os negros nunca aceitaram pacificamente a escravidão, de acordo com Vicente Salles (2005: 208) a fuga de escravos na Província do Grão-Pará tornou-se um processo rotineiro e até certo ponto incontrolável. Foram várias as formas de resistência ao trabalho escravo, desde atos de resistência individual como suicídio ou assassinato de feitores e senhores, até atos de resistências coletivas, como seus cantos à noite nas senzalas, ou a fuga para as matas e sertões. A fuga para os sertões significava em muitos casos a formação de comunidades negras independentes do domínio dos brancos. Essas comunidades eram chamadas de quilombos (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2002: 170).

É fundamental perceber que os escravos, mesmo sujeitos a uma série de limitações impostas pelo sistema escravista, buscavam a construção de determinados espaços que lhes permitissem conquistar momentos de autonomia, direito e liberdade, o que era conseguido geralmente com as fugas e formação de quilombos. “No Brasil colonial - em quase todas as áreas - foram inúmeros os quilombos formados” (GOMES, 1997: 39). Nos quilombos, os negros também mostravam a sua capacidade de organização e articulação com outros indivíduos e grupos (SALLES, 2004: 86).

A fuga e formação de quilombos pelos escravos eram as formas de resistência mais utilizadas em todo o território brasileiro. A prova disso é que ainda hoje existem várias comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Na Amazônia não foi diferente e, também foram formados vários quilombos, apenas no Estado Pará, até 2006, existiam 388 povoações quilombolas reconhecidas e registradas, distribuídos em várias regiões do estado, principalmente no Nordeste (TRECCANI, 2006), como pode ser observado na tabela 01.

Tabela 01: Quilombos registrados no Pará até 2006

Região	Nº Quilombos
Nordeste (rios Guamá, Acará, Capim, Moju, Irituia, Piriá e Caeté)	129
Abaetetuba	18
Acará	17
Augusto Corrêa	02
Bonito	03
Bujaru	06

Cachoeira do Piriá	07
Colares	02
Concórdia do Pará	12
Ihangapi	03
Irituia	10
Moju	17
Santa Izabel do Pará	09
Santa Luzia do Pará	06
São Miguel do Guamá	06
Viseu	06
Outras cidades	05
Baixo Amazonas	112
Tocantins	81
Marajó	45
Outros Quilombos	20
Total no Pará	388

Fonte: TRECCANI, 2006

Quando os escravos fugiam, geralmente, formavam no meio das matas, núcleos populacionais chamados de quilombos, nesses locais eles resistiam à escravidão e defendiam a sua liberdade. Além disso, também, tentavam reconstruir as várias versões de uma vida comum; faziam festas, plantavam roças, pescavam, caçavam e praticavam transações comerciais. “Tentavam estabelecer nos quilombos espaços políticos, econômicos, sociais e culturais” (PINTO, 2004: 278).

Na região às margens do Rio Guamá onde está situada uma dessas comunidades, denominada Jacarequara (ex-vila de Ourém) atualmente, vila de Santa Luzia do Pará no nordeste paraense, permanecem vestígios de antigos quilombos. “Há registro de muitos quilombos, sendo bem conhecidos os de Ourém, Turiacú e Bragança que atravessam as terras e a fronteira do Pará e Maranhão [...]” (CASTRO, 2006: 16). Suas histórias começam a ser reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício da lembrança de história de vida e experiências históricas de seus descendentes que ainda vivem em suas comunidades remanescentes. Nessa região foram realizados os estudos sobre povos remanescentes de quilombos, tendo como foco a vila de Jacarequara, que a partir de agora começa ter um pouco mais de sua história desvendada.

As versões acerca da origem do povoamento do Jacarequara

De acordo com a oralidade local, na região às margens do rio Guamá onde está situada a vila de Jacarequara existiam várias fazendas nas quais era comum a existência do trabalho escravo. Além disso, essa região fica muito próxima à zona bragantina e à fronteira com o Maranhão onde também existia uma intensa presença de escravos. “Nas terras do alto rio Guamá alcançando os rios Gurupi, Turiaçu e Caeté, encontravam-se fazendas grandes e médias, e pequenos sítios” (CASTRO, 2006: 14). Para Vicente Salles (1998: 255) a rota de escravos vindos do Maranhão pelo Gurupi, era intensa. De acordo com Edna Castro (2006: 11) a região bragantina está entre as áreas com maior presença de escravos, entre os séculos XVIII e XIX no Pará, para essa pesquisadora, ali o negro era a mão de obra fundamental, principalmente nos engenhos.

A correspondência oficial encontrada no Arquivo Público do Pará, em Belém, é farta em registros sobre presença de mocambos, quilombos, processos de fugas de escravos das fazendas ou das casas localizadas em povoados e cidades. Da leitura dessas correspondências trocadas entre autoridades, observa-se a trama tecida pelas relações entre senhores e escravos de Bragança, Ourém e Turiaçu (CASTRO, 2006: 20).

Nesse cenário percebe-se a formação de quilombos como um ato resultante da fuga e resistência contra o regime da escravidão. Existem várias manchetes de jornais que destacam a fuga de escravos na região do rio Guamá durante o século XIX, muitos desses escravos fugiam para o meio da mata e formavam quilombos onde estariam mais protegidos, assim, várias comunidades de negros foram formadas na região como é o caso do Jacarequara. A seguir, um trecho de notícia de um jornal da capital do Pará nos meados do oitocentos.

ESCRAVOS FUGIDOS

Desde 27 de maio de 1852

Ignácio, preto fula, baixo, cheio de corpo, cara redonda, dentes claros, tem um signal pequeno e preto na testa que he natural e visível, de idade de 30 à 32 annos, pouco mais ou menos, casado, He crioulo, nascido no districto do rio Guamá.

Thomaz, preto china e acafusado, estatura regular, dentes aponbtados, tem um signal no rosto de golpe, idade hoje de 30 à 32 anosannos, casado e muito conhecido nesta cidade por ter sido a sua occupação a de carreiro, nascido no mesmo districto acimo dito.

Desde 15 de janeiro de 1841

Vicente, mulato, de idade hoje 50annos, alto, corpo regular, cara bexigosa, dentes limados, padece de carnosidade nos olhos, tem habilidade de pedreiro e alfaiate, foi

nascido e batizado na freguesia de S. Miguel da Cachoeira do rio Guamá, solteiro, e filho da preta Euzébia (TREZE DE MAIO, 13 de fevereiro de 1861, n. 3, p. 6).

Quando se fala de quilombos é muito difícil se ter uma data precisa de sua formação. No caso do Jacarequara não é diferente, o que se pode ter até agora são apenas hipóteses, nesse sentido o antigo quilombo teria sido formado nas primeiras décadas do século XIX, pois é comum na fala dos moradores mais velhos da comunidade, ao serem indagados sobre a origem do quilombo, uma resposta que está relacionada ao período a partir da década de trinta do século XIX, isso é perceptível quando relatam sobre o movimento da cabanagem para eles chamados de “pega-pega” que teria sido o principal motivador da formação do Jacarequara, segundo eles os cabanos subiam o rio, invadiam fazendas, se apossavam dos animais e levavam os “pretos” para a “guerra”, então com medo dos cabanos e oprimidos pelos seus senhores, muitos escravos fugiam para o meio da mata e passavam a se organizarem em comunidades independentes, uma delas viria a ser o Jacarequara.

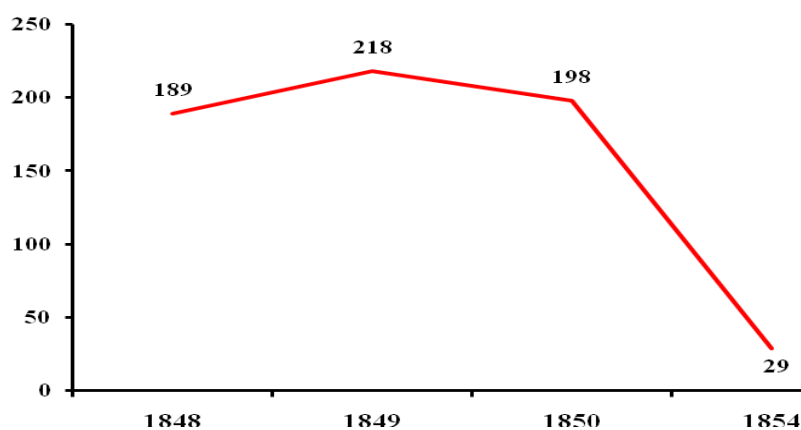
Pelos relatos de Edna Castro (2006: 23) desde o início da década de vinte do século XIX percebe-se uma intensificação dos conflitos, o aumento do número de fugas e de povoações negras nas regiões de Turiaçu, Gurupi, Bragança e Ourém. “Eu ouvia o meu avô falar que o pai dele falava pra ele que nesse tempo tinha um tal de pega-pega que era o pessoal que subia o rio pegando gente pra levar pra guerra” (Antonia Paulina da Conceição, 68 anos - Jacarequara/2008).

São vários os documentos do final da década de vinte do século XIX que relatam a existência de quilombos e fugas de escravos na região de Ourém (APEP, códice 849 e 871 in CASTRO, 2006), percebe-se então através desses que a comunidade do Jacarequara pode ter sido formada por escravos que fugiam das fazendas e também com os que já se encontravam livre (pela fuga), mas que teriam tido que fugir novamente para escapar do “tal de pega-pega”.

O começo daqui, eu era criança nesse tempo, mas eu ouvi, escutei o meu pai, o meu avô falarem que isso era do tempo da escravatura né, e isso tudo aqui era mata virgem [virgem], não tinha morador nenhum, aí chegou um negócio de tal de pega-pega, naquele tempo andavam agarrando os outros para levar pra guerra, aí eles fugiram e subiram de rio acima e depois se colocavam num lugar pra fazer sua barracinha e, já iam butavam um roçadinho, já plantava a sua manivinha pra puder dar de comer pras filhas. (Antonia Alexandrina dos Reis, 63 anos - Jacarequara/2008).

Dessa forma os primeiros moradores teriam vindo de fazendas, engenhos, de vários lugares às margens dos rios Guamá, Capim, Acará e outros, ou de cidades e vilas como Ourém, cidade mais próxima e, até mesmo da região bragantina e do próprio Maranhão. O gráfico 01 mostra uma drástica redução no número de escravos em Ourém entre os anos de 1848 e 1854, muitos desses escravos fugiram para quilombos da região entre eles o Jacarequara.

Gráfico 01: Número de escravo em Ourém entre 1848 e 1854.



Fonte: PARÁ. Relatório da Presidência da Província do Pará, 1862.

Não foi encontrado nenhum documento escrito que comprove o nome dos fundadores do antigo quilombo, apenas sabe-se que eram escravos fugidos e mulatos livres. Até mesmo entre os mais velhos da comunidade não se sabe ao certo. Sobre a origem do quilombo o morador Raimundo Nogueira relatou “O quilombo foi formado assim, tem coisa que ficou no espaço, a vovó morreu aqui, e a gente se baseia por ela, porque quando ela morreu, ela já tinha 114 anos, agora, eu não sei dizer se foi ela ou se foi os pais dela” (Raimundo Nogueira dos Santos, 68 anos – Jacarequara/2008). No entanto, certos moradores citam alguns nomes dos quais para eles teriam sido os primeiros habitantes do Jacarequara, assim encontramos

Os primeiro morador já morreram, o meu pai falava, era o João Nogueira, Jacinto Nogueira, Zé Nogueira, Antonio Nogueira¹, Henrique da Fonseca, era os mais velhos, tudo murava aqui no Jacarequara, a vó Brióca também, mais esses já morreram, eles vieram aí dessa beira de rio fugidos né (Raimundo Pereira Barros, 75 anos – Jacarequara/2008).

Pelos nomes citados percebe-se o grau de parentesco existente entre os mesmos, o que leva a acreditar que o processo de fuga na região muita das vezes era coletivo, onde famílias inteiras fugiam em busca de liberdade e constituíam povoações que foram crescendo com a chegada de novos moradores e também de seus descendentes. Atualmente esses laços de sangue são bem evidentes no Jacarequara. “A nossa comunidade é toda composta por parentes; primo, tio, tia e, isso vem desde [os tempos] dos nossos pais e avós” (Manoel Vinil Barros Nogueira, 28 anos – Jacarequara/2008).

Em relação ao nome do antigo quilombo este está associado à vivência do dia-a-dia dos aquilombados, assim os mínimos detalhes da natureza e os fatos rotineiros são transformados em nomes que denominam desde lugarejos menores até o próprio quilombo, como se pode observar no relato abaixo:

Se eles dessem topada numa raiz chamavam Bate-pé como pra cá tinha esse tal de Bate-pé. Esse raizama aí era porque o caminho lá pro onde iam tinha muita raiz, apelidaram de Raizama, era logo ali onde é o açougue do Cabral, tinha esse Bate-pé, tem esse Imputeua, agora esse eu não sei por causa do que é assim, tinha também o Sampaio, o Sampaio era porque era a moradia que apelidaram do pai do Jacinto Brás e Jacarequara tinham muito jacaré e pedra no rio aí quando a água tava baixa eles [os jacarés] ficava se enxugando no sol, quarando né, mas esse nome já veio dos índios, foram os índios que colocaram. (Antonia Alexandrina dos Reis, 63 anos – Jacarequara/2008).

A grande maioria dos moradores diz que o nome do antigo quilombo é herança dos índios, teriam sido eles que denominaram o mocambo de Jacarequara, que seria uma junção das palavras jacaré mais quara² (segundo a oralidade local na língua dos índios da região, os

¹ Segundo o grande estudioso da Cabanagem, Domingos Antonio Raiol, João Nogueira, Jacinto Nogueira, Zé Nogueira e Antonio Nogueira eram mulatos livres que lutaram na Cabanagem, em prol dos cabanos, mas que, depois da retomada do poder pelos legalistas em 13 de maio de 1836, teriam fugido para escapar da prisão e até mesmo da morte. Para mais detalhes ver: RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Quarto volume. Rio de Janeiro: Typografia Hamburgueza do Lobão, 1884. pp. 9, 337.

² O verbo “quarar”, em algumas regiões do Brasil significa o mesmo que “corar”, ou seja, expor ao sol para “clarear”.

Tembé, significa enxugar). Os índios, teriam então escolhido esse nome devido à abundância de jacarés na região, pois, quando a água do rio Guamá estava baixa, os jacarés ficavam sobre as pedras de peito para cima se enxugando, ou seja, quarando, daí a nomenclatura Jacarequara que seria mais ou menos jacaré se enxugando. “Quem botou o nome de Jacarequara foram os índios, porque, de primeira, tinha muito jacaré aqui, né? Aí eles gostavam de se enxugar no sol, eles ficava em cima das pedra com o peito pra cima quarando aí eu acho que foi por isso que botaram o nome de Jacarequara.” (Raimundo Pereira Barros, 75 anos – Jacarequara/2008).

O processo de miscigenação entre índios e negros no antigo quilombo.

Em várias partes da América, onde existia escravidão negra, eram comuns escravos fugidos se miscigenarem com populações indígenas. Na Amazônia eram freqüentes as fugas e a formação de mocambos de índios juntamente com negros, no Grão-Pará isso aconteceu em vários lugares. (GOMES, 1997: 69 e 85).

Na comunidade do Jacarequara também existiu esse processo de mestiçagem, isso pode ser notado no próprio traço fisionômico de seus moradores. Aqui foram várias as motivações que levaram a esse processo, como uniões conjugais entre os negros aquilombados e índios locais da tribo dos Tembé.

A luta pela sobrevivência também foi um dos motivadores desse processo, haja vista, que tanto negros quanto índios a qualquer momento poderiam ser capturados. Os índios eram perseguidos frequentemente pelas tropas de resgates (GOMES, 1997: 77). Em relação aos negros existem várias correspondências de senhores de escravos da região direcionadas ao governo provincial, pedindo ajuda para recapturar negros fugidos (APEP, código 849, *In* CASTRO, 2006: 10). “Em Ourém, em 1762, as autoridades mandaram destruir um mocambo de negros” (GOMES, 1997: 101). Nessa incessante luta pela liberdade, negros e índios se aliavam e estabeleciam comunidades onde se miscigenavam e faziam trocas culturais.

No Pará, numa grande extensão territorial com uma população totalmente dispersa, em qualquer lugar – guardando as especificidades sócio-demográficas de algumas áreas – tinha sempre um pouco de índio e um pouco de negro, e, portanto, fugas, mocambos e alianças. Tais contatos possibilitavam também uniões consensuais e mesmo casamentos entre índios e negros. O fator miscigenação também deve, portanto, ser considerado (GOMES, 1997: 86).

O depoimento da moradora Antonia Paulina da Conceição evidencia que essa ideia de miscigenação, também, está presente na memória dos remanescentes de Jacarequara:

Aqui perto subindo o rio, tem uma ardeia [aldeia] de índio, é os Tembê, muitas vez os homi [homens] andando aí pelos mato caçando, encontrava com as índia, aí se engraçavam delas e traziam pra murar aqui; quando não, era os índios homem de lá que encontrava com as preta daqui, aí era assim, foi indo, foi misturando, né. E, hoje tem muita mistura. E, no tempo da escravatura mesmo, eles se juntava pra ter mais gente pra se defender dos senhor e dos cabanos, né. Meu avô falava que [a cabanagem] era o pega-pega que garrava gente pra levar pra guerra na capital. (Antonia Paulina da Conceição, 68 anos – Jacarequara/2008).

No Jacarequara, a miscigenação vai além dos traços fisionômicos, ela está também nas práticas rotineiras do dia, ou seja, no hábito de dormir em redes, na culinária, nos contatos com a natureza, através das coletas de frutos, da caça e da própria pesca e, até nas manifestações artísticas. Segundo a oralidade local os negros aprenderam muita coisa com os índios e vice-versa, uma dessas coisas, ainda hoje se manifesta fortemente, ela consiste na arte de manusear o barro, os cipós e as sementes do mato na confecção artesanal de diversos objetos como; panelas, brincos, colares e anéis. Dos negros também ficaram alguns traços, a saber, as festas de santos, como a de São Benedito, as danças e, a própria culinária que se fundiu com a indígena.

Estes vestígios permitem perceber que no Jacarequara o processo de miscigenação tem início no auge da luta pela liberdade, assim, negros e índios que nem sempre tinha uma relação amigável, uniam-se na ânsia de conquistar um bem maior, ou seja, a liberdade.

À medida que o homem branco foi ampliando a ocupação do espaço, forçou o nativo, em especial aquele que escapara da ação missionária, a recuar para áreas mais distantes onde, livrando-se do efeito civilizatório, manteve sua identidade e reconstruiu sua territorialidade. Seria esse o espaço a ser ocupado, também, pelo negro ao escapar da escravidão. O encontro desses "dois párias da sociedade" foi marcado por momentos de conflitos e alianças étnico-culturais. (FUNES, 1995: 106).

Em muitos casos índios e negros não tinham uma relação amistosa, sendo assim, o enlace conjugal entre eles representava um momento de união, onde eram cessadas as animosidades e realizados pactos de alianças para se fortalecerem, dessa forma, conseguiam estabelecer diálogos e, a partir de então passavam a conviverem juntos no mesmo espaço (PINTO, 2004: 70). Nesse cenário de alianças, os maiores beneficiados acabavam sendo os

negros, pois os nativos normalmente conheciam a região e os seus atalhos além de outras vantagens que passavam a serem compartilhadas com os negros.

A relação entre índios e quilombolas foi de suma importância para estes últimos, uma vez que eram os nativos que tinham conhecimento e maior domínio sobre o meio ambiente. Ensinando o caminho, os atalhos para os altos rios [...], e em várias ocasiões alertando os quilombolas sobre as expedições punitivas, os nativos desempenharam um papel significativo nessa luta contra o sistema escravista (FUNES, 1995: 107).

No Jacarequara o desenrolar dessa situação fez surgir uma comunidade mestiça, onde num primeiro momento os índios eram vistos como seres inferiores ou até mesmo animais pelos negros que os consideravam como uma categoria que ainda precisava ser civilizada, isso pode ser observado na fala de alguns dos moradores mais velhos da comunidade. “O meu pai era misturado do pai dele que era o João Brandão, a mamãe era mesmo daqui, ela era civilizada” (Antonia Alexandrina dos Reis, 63 anos – Jacarequara/2008).

O meu pai andava muito aí rio acima tirando madeira, caçando, o meu pai era negro né, e praí [por aí] ele conheceu uma índia da ardeia dos Tembê, acabou trazendo ela, esses índios eram muito brabos, eles até matavam gente, eles andavam tudo nu, foi meu pai que domesticou essa índia, eu sou mestiço, eu tenho uma parte de africano e outra de índio, meu pai nasceu aqui mesmo, o avô dele ainda chegou a ser escravo. (Raimundo Nogueira dos Santos, 68 anos – Jacarequara/2008).

Atualmente esse tipo de preconceito na comunidade está desaparecendo, pois nos relatos dos mais jovens percebe-se que todos se consideram pertencentes a uma só classe. “Eu me considero quilombola e os outros eu acho que sim, devido a nossa cor e outros que são brancos, mas tem o sangue e isso nos leva a ser quilombolas” (José do Livramento Nogueira, 31 anos – Jacarequara/2008).

Do ponto de vista histórico essa discriminação foi uma construção que veio desde o período colonial onde no início a palavra “negro” servia para designar os escravos tanto africano como o índio que era denominado negro da terra, no entanto com o passar do tempo, negro passou a ser apenas os escravos de origem africana, e os índios passaram a ser denominados de selvagens ou tapuios. (NEVES, 2008: 25).

No início os portugueses usavam a palavra “negros” para designar os escravizados (africanos e índios). Daí o termo “negro da terra”. Mais tarde passou-se a usar a palavra “negros”, designado apenas os escravos africanos, por oposição aos

“Senhores de Engenho” (brancos). Por sua vez os índios vieram a ser designados até recentemente por “selvagens” ou nativos. (Idem, ibidem).

A comunidade de Jacarequara, como tantas outras comunidades da Amazônia, teve sua origem a partir da fuga de negros e índios da escravização por parte dos brancos. Essa resistência ao escravismo e, a busca pela liberdade, permitiu que negros africanos e índios amazônicos estabelecessem as mais diversas relações, inclusive relações matrimoniais, o que contribuiu para que essa comunidade resistisse até a atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (Sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996.

CASTRO, José Carlos. Elos da Escravidão no Vale do Rio Tocantins. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Quilombolas do Pará** (CD ROM). Belém: NAEA/UFPA/UNAMAZ/Programa Raízes, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na Amazônia a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DIAS MONTELLATO, Andréia Rodrigues; CABRINI, Conceição Aparecida & JUNIOR, Roberto Catelli. **História Temática: diversidade cultural e conflitos**. São Paulo: Scipione, 2002.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

FUNES, Eurípides A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. 1995. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

GOMES, Flavio dos Santos. **Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)**. 1997 (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade de Campinas, 1997.

MALHEIRO, Perdigão. **A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico, Jurídico, Social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2º vol. 1976.

MESGRAVIS, Laima. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto/Universidade de São Francisco, 1998.

NEVES, Gilberto. **Educar Para Igualdade: Combatendo o Racismo na Educação**. Uberlândia: Ed. Sincopel, 2008.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2004.

_____. Os Remanescentes de Quilombolas Na Região do Tocantins (Pa): História, Cultura, Educação e Lutas Por Melhores Condições de Vida In: **Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: Mercado de Trabalho, Religiosidade e Educação Quilombola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2006.

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Quarto volume. Rio de Janeiro: Typografia Hamburgueza do Lobão, 1884.

SALLES, Vicente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Textos reunidos/Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

_____. **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão**. 3ª ed. revista ampliada. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Ed. Nova Geração, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1998.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terra de Quilombo: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. **A Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994.

FONTES

• FONTES ESCRITAS

CASTRO, Edna. Escravos e Senhores de Bragança (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará) / Edna Maria Ramos de Castro (organização). Belém: NAEA, 2006.

JORNAL: Treze de Maio, 13 de fevereiro de 1861.

PARÁ. **Relatório da Presidência da Província do Pará**, (1862). Governo da Província do Pará. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Ex^{mo} Snr. presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

VIRGOLINO, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica (Documentos Históricos). Belém: Arquivo Público do Pará, 1990

- **FONTES ORAIS**

Entrevistas realizadas com moradores do Jacarequara entre julho e dezembro de 2008.

- 1- Antonia Alexandrina dos Reis, 63 anos, aposentada.
- 2- Antonia Paulina da Conceição, 68, aposentada.
- 3- José do Livramento Nogueira, 31 anos, agricultor.
- 4- Manoel Vinil Barros Nogueira, 28 anos, agricultor.
- 5- Raimundo Nogueira dos Santos, 68 anos, aposentado.
- 6- Raimundo Pereira Barros, 75 anos, aposentado.